

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
ESTADO DE MINAS GERAIS
AV. GETÚLIO VARGAS, 55-CENTRO-CEP-37447-000

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, REALIZADA EM 23.09.2014.

Aos vinte e três dias do mês de setembro, realizou-se a décima quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de Minduri, do ano de dois mil e quatorze. Às 19h, repassou-se a lista de presença, acusando o comparecimento de oito vereadores. Deixou de comparecer o vereador Adão Rodrigues de Oliveira. Às 19h05min, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e passou a palavra à vereadora-Secretária para a leitura da ata da reunião anterior, aprovada por sete votos. Na leitura da correspondência, foram destaques: 1-Ofício nº. 016/2014, da APAE, solicitando doação para a construção de um muro para proteção dos alunos daquela entidade; 2-Ofício nº. 197/2014, do Executivo Municipal, solicitando providências imediatas para o desmembramento das contas de energia (CEMIG) e de água (COPASA) do nome da Prefeitura Municipal de Minduri para a Câmara Municipal de Minduri; 3-Ofício nº. 088/2014, do Instituto de Previdência Municipal de Minduri-IPMM, encaminhando o Relatório de Encerramento Mensal, referente ao mês de agosto/2014. A seguir, foi apresentado ao Plenário, sem discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº. 01/2014, que “dispõe sobre cancelamento de restos a pagar”. Em sequência, foi lido o Parecer Conjunto das Comissões Permanentes sobre o projeto de lei nº. 023/2014. Passando-se à Ordem do Dia, foram apresentadas, para discussão e votação, as seguintes proposições: 1-Requerimento nº. 014/2014, firmado pela vereadora Raquel Aparecida da Silva, solicitando, ouvido o Plenário, que fosse apreciado por esta Casa o projeto de lei nº. 023/2014, de forma a ser discutido e votado em turno único nesta reunião. Este requerimento foi aprovado por sete votos; 2-Projeto de Lei nº. 023/2014, que “altera o inciso 1º, do art. 5º, da LOA 2014”. Colocado em votação, o vereador Adilson de Oliveira assim se manifestou: “Gostaria de justificar meu voto com relação ao projeto. Primeiramente gostaria de agradecer aos vereadores João Francelino, Maria Cecília Alves Vilela e Amarildo. Um projeto onde houve até uma certa indisposição, onde o prefeito solicitou a nossa presença lá na prefeitura. E, moral da história, o vereador João Francelino estava presente e a vereadora Raquel. Os outros não puderam ir porque estavam trabalhando. Nós não somos, nós estamos vereadores aqui. Então ficou claro, tanto para Câmara quanto para a Prefeitura, o que é assessoria jurídica. Um parecer desse, poderia ter sido emitido da Prefeitura para a Câmara, ou da Câmara para Prefeitura. Ele vai ser para a Prefeitura, que

administra. Tanto nós aqui vereadores quanto o Prefeito deveríamos nos sentar e ler o parecer com calma, porque ele fala do Orçamento, onde se eleva o percentual de 12 para 22%, e é um percentual bastante significativo, onde nos coloca também prestando informações para a comunidade. Para autorizar um aumento desse porte, de 12 para 22%, vamos ter que saber de onde saiu, de onde veio e para onde vai. E a gente espera no final de 2014, a gente precisa saber disso para estar passando. Então foi meio confuso, porque presente com o Senhor Prefeito estava também sua assessoria que disse que é nessa hora que se vê quem está do lado do prefeito. Eu respondi que estávamos do lado do prefeito sim, pois ele nos ligou e chegamos lá em dez minutos para ver qual era o problema. E se o assessor falou dessa maneira eu respondi que quando você vai legislar sem a sua assessoria acontecem certas coisas como vêm acontecendo agora. Amanhã você está em casa tranquilo e o problema vem, porque você agiu por sua própria consciência. Então eu gostaria de agradecer aos vereadores que participaram da Comissão e dizer que fiquei feliz com o parecer. E eu gosto muito do parecer do Dr. Adailton, nosso assessor. Desse parecer eu gostei bastante porque ele não chama atenção do prefeito; ele chama atenção da assessoria. Pelo tempo que trabalhamos com o Dr. Adailton, já deu para perceber tratar-se de uma pessoa séria, como também é séria a nossa assessora contábil. E mediante isso ele chama a atenção na elaboração do Orçamento para 2015. Então, que seja feito pela assessoria do prefeito que é a Planejar, e eles façam o Orçamento adequado porque o próprio parecer já nos alerta que não é compatível esse tipo de situação. Obrigado! Meu voto é a favor”, concluiu o vereador Adilson. O vereador João Francelino: “Também queria justificar meu voto. Primeiro queria dar os parabéns ao vereador Adilson e dizer o seguinte: o fato de a gente estar dando esses 10% para o Prefeito, parece pouco dinheiro mas, na verdade, o montante você vê que é um milhão e bordoadada. E ele ficou de passar aqui para a Câmara todas as transações que forem realizadas lá na Prefeitura para gente ficar sabendo de onde está saindo e para onde está indo. Nós entendemos que em vez do Prefeito mandar o projeto antes para ser votado, ele vai mandar depois para ser analisado pelos vereadores que irão verificar se está tudo certo. Inclusive nós já podemos ir pensando no Orçamento para 2015, pois trata-se de um projeto polêmico. Vocês sabem que esse projeto aqui causou muita polêmica, não só aqui na Câmara, mas em toda a cidade. Então o prefeito fazendo isso eu acho que vai ser bom para nós e vai ser bom para ele também. É isso. Meu voto é a favor”, concluiu o vereador João Francelino. A vereadora Maria Cecília: “Também vou justificar e dizer que em nenhum momento eu vi aqui, nesta Casa, alguém contra o prefeito. A gente quer só as coisas esclarecidas, que tanto é bom para ele, que evita aborrecimentos futuros. Aqui não tem ninguém contra. Pelo contrário”, concluiu a vereadora Maria Cecília. O vereador

Adilson, pedindo aparte: “é justamente isso: a gente tem o compromisso, às vezes a pessoa fala: é a favor... é contra... Não é isso. A gente tem o compromisso de fazer o que é certo. É o que você acabou de falar, Cecília: para que futuramente a gente não tenha problemas. Nós estamos, não somos, como eu acabei de falar”, concluiu o vereador Adilson. O vereador Peterson Andrade Ferracciu: “Quero justificar meu voto também: no mandato do ex-prefeito acontecia muito isso também: remanejamento de verba. A gente vê que essa empresa Planejar tem esse problema. A situação, como disse a vereadora Cecília, não é questão de ser contra - de maneira alguma - o município ou o prefeito. Mas a gente vê que foi mal planejado esse orçamento para a cidade porque de 12 você pedir 22, e falando em milhões igual o João falou, numa cidade como a nossa aqui é muito. E a gente está vendo aí o quadro recente em que ex-vereadores e a ex-prefeita estão tendo que devolver um dinheiro violento para a Prefeitura. Por quê? Porque também foram mexer no Orçamento... Acharam que podiam aumentar os seus próprios salários. Aí, hoje, estão pagando. Então a gente tem a assessoria jurídica nossa aqui mesmo para questionar, para nos proteger, nos guardar de alguma maneira e ver se a gente está fazendo o que é certo ou o que é errado. Então, não participei das Comissões, mas estou totalmente a favor de votar nesse projeto, de acordo com o parecer do Dr. Adailton”, concluiu o vereador Peterson. A vereadora Raquel também votou pela aprovação do projeto, de acordo com o parecer jurídico. Conclusão: o projeto de lei nº. 023/2014, foi aprovado por sete votos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, lavrou-se esta ata, que depois de lida, apreciada e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa Diretora.



Giovanni Vilela Alves
Vereador-Presidente



Raquel Aparecida da Silva
Vereadora-Secretária